

PROGRAMA

VALORIZAÇÃO

Juiz valorizado, justiça completa!



2012

Conselho Nacional de Justiça

Presidente Carlos Ayres Britto

Corregedora Nacional de Justiça Eliana Calmon

Conselheiros Carlos Alberto Reis de Paula
José Roberto Neves Amorim
Fernando da Costa Tourinho Neto
Ney José de Freitas
José Guilherme Vasi Werner
Silvio Luís Ferreira da Rocha
José Lucio Munhoz
Wellington Cabral Saraiva
Gilberto Valente Martins
Jefferson Luis Kravchychyn
Jorge Hélio Chaves de Oliveira
Bruno Dantas Nascimento

Secretário-Geral Francisco Alves Junior

Diretor-Geral Miguel Augusto Fonseca de Campos

Realização

Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas

Conselheiro **José Lucio Munhoz**, Presidente

Conselheiro **Gilberto Martins**

Conselheiro **Jefferson Kravchychyn**

Coordenação Geral

Conselheiro **José Lucio Munhoz**

Colaboração

Juiz **Gabriel Lopes Coutinho Filho**

Apoio:



AJUFE
Associação dos Juizes Federais do Brasil



APRESENTAÇÃO

O Brasil constitui-se num Estado Democrático de Direito (art. 1º da CF) e nem mesmo as leis podem excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão ou ameaça de Direito (art. 5º, XXXV, da CF). Aos juízes, portanto, compete a cívica atribuição constitucional de garantir o equilíbrio das instituições e a preservação dos direitos das pessoas e, com isso, distribuir a justiça.

E são os magistrados, órgãos do Poder Judiciário (art. 92 da CF), os responsáveis por levar o Direito às instituições, empresas e cidadãos, conciliando as partes ou sentenciando os processos, por meio de técnicas jurisdicionais e toda uma qualificação profissional adquirida após diversos anos de estudo e experiência.

A atuação dos juízes é fundamental para a garantia do pleno exercício da cidadania e a relevância desse papel pode ser verificada no simples fato de que são proferidos cerca de 22 milhões de sentenças por ano, em que pessoas são absolvidas de falsas acusações, criminosos são presos, consumidores são ressarcidos, devedores são condenados, maus políticos são cassados, direitos dos trabalhadores são respeitados, interesses familiares são preservados, vidas são salvas.

E essa enorme responsabilidade é simplesmente descarregada sobre os ombros dos juízes, que são chamados a se pronunciar e solucionar um número muito maior de casos do que permitiria a razoabilidade, se apreciadas as condições materiais e humanas disponibilizadas.

A importância do papel dessa legião de magistrados que trabalha muito e de modo isolado para distribuir justiça, sob os riscos e pressões das mais diversas, deve ser considerada e valorizada, o que nem sempre ocorre, em razão de opiniões midiáticas incorretas e generalizadas, cobrança de produtividade numérica e desvinculada de conteúdo, indevida atribuição de responsabilidade por morosidade cuja causa não é sua etc.

É importante para a sociedade contar com magistrados motivados e em condições de continuar contribuindo significativamente para os avanços do país e o fortalecimento de nossas instituições. E é em razão desse necessário reconhecimento que o CNJ lança o “Programa de Valorização – Juiz valorizado, justiça completa”, por meio do qual se pretende ampliar a discussão sobre o tema e levantar sugestões de ações que contribuam para a melhoria da atuação qualificada do Poder Judiciário e para o respeito aos valores de seus profissionais.

➡ O QUE É O PROGRAMA?

É um instrumento pelo qual o CNJ quer debater mecanismos de valorização da magistratura e do Poder Judiciário como um todo, tanto em sua estrutura interna como no relacionamento com a sociedade.

➡ QUAL É A RAZÃO DO PROGRAMA?

Constatam-se alguns problemas que interferem na autoestima em parte significativa da magistratura decorrente de alguns fatores:

- existência de um processo de avaliação do trabalho do magistrado fortemente centrado na estatística de resultados;
- ausência de programas de relacionamento institucional e pessoal que conduzam um nível não desejado de isolamento funcional;
- pouco conhecimento da sociedade quanto ao trabalho desenvolvido pela magistratura;
- pouco reconhecimento social relativo à importância e dificuldade do trabalho do magistrado;
- imagem pública desgastada em face de generalizada e indevida vinculação quanto aos pontuais casos de desvio de conduta e da não obtenção da desejada celeridade e eficácia da atuação jurisdicional;
- equivocada impressão por muitos de que o CNJ não compõe o Judiciário ou que apenas se preocupa em atuar como censor dos juízes e sem defender a independência da magistratura.

➡ COMO VAI FUNCIONAR O PROGRAMA?

O CNJ pretende que as instâncias do próprio Poder Judiciário reflitam coletivamente sobre o problema e sugiram medidas ou ideias que permitam avanços em relação ao trabalho profissional do magistrado e a correta percepção de seu papel pela sociedade.

O programa não é “fechado” e poderá ser adaptado às necessidades do momento ou até mesmo em face das propostas coletadas.

➡ **COMO SERÃO COLETADAS ESSAS SUGESTÕES?**

Nesse primeiro momento o programa se desenvolverá em cinco encontros regionais, em cada uma das regiões geográficas do Brasil e envolverá os segmentos do Poder Judiciário de todos os respectivos Estados.

Nos cinco encontros regionais que acontecerão até setembro de 2012, serão coletadas sugestões que depois vão ser levadas para o seminário nacional que ocorrerá em Brasília, em outubro de 2012.

➡ **QUEM PARTICIPARÁ DESSES ENCONTROS?**

Diante da impossibilidade de se reunirem todos os magistrados do país, serão chamados para esses encontros regionais os presidentes e corregedores de tribunais, diretores das escolas judiciais, diretores de comunicação dos tribunais e os presidentes das associações de magistrados.

A ideia é que cada segmento representado reflita sobre o tema e apresente propostas de ação, as quais serão oportunamente apresentadas para as devidas instâncias competentes, como as comissões do CNJ, o Pleno do CNJ, Escolas Nacionais, Tribunais, Diretorias de Comunicação dos Tribunais, etc.

➡ **COMO SERÃO APLICADAS AS PROPOSTAS?**

A aprovação no seminário nacional de uma sugestão não significa sua automática aplicação, já que dependerá das vias institucionais próprias de alçada dentro do próprio Poder Judiciário. Não se pode vender a ilusão de que toda proposta aprovada será adotada, mas certamente todas elas serão devidamente encaminhadas às instâncias competentes para análise.

De todo modo, o debate aberto sobre os temas já será capaz de frutificar uma melhor compreensão sobre a importância de valorização da magistratura, fator fundamental para os profissionais e toda sociedade

➡ **QUAIS SERÃO OS TEMAS ABORDADOS NOS ENCONTROS?**

Neste primeiro momento identificamos quatro grandes áreas que serão objeto de nosso trabalho e poderão, mais facilmente, contribuir para a melhor e mais correta avaliação do trabalho dos juízes:

- Tema 1 – Mecanismos de suporte e apoio ao trabalho judicial. Produtividade e qualidade da Jurisdição: Métodos de avaliação e reconhecimento institucional do trabalho judicial.
- Tema 2 – Formação ética e teórico-prática dos Magistrados e os fins da Justiça. Papel das Escolas da Magistratura na valorização da magistratura.
- Tema 3 – A visão do Judiciário e a figura pública do Magistrado na sociedade: A participação do magistrado em ações sociais.
- Tema 4 – Comunicação dos Tribunais e Magistrados com a sociedade.

➡ **QUAL SERÁ O FORMATO DOS ENCONTROS REGIONAIS?**

Os encontros envolverão os segmentos do Judiciário de todos os Estados da respectiva região geográfica e se desenvolverão em um dia de trabalho, em duas etapas: A) Parte da manhã, com apresentação do programa e painéis sobre os quatro temas; B) Parte da tarde com divisão dos participantes em quatro grupos, de acordo com os temas trabalhados, para o debate de sugestões que possam ser eventualmente apresentadas.

➡ **QUAIS OUTROS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO?**

A ideia é que cada segmento estimule entre os seus membros o debate sobre os temas e ofertem sugestões até o seminário nacional, que ocorrerá em Brasília, em outubro. O CNJ disponibilizará, ainda, em sua página na internet, informações sobre o programa e mecanismo de participação direta dos magistrados, por meio do qual poderão ofertar propostas compatíveis com os objetivos do programa.

AGENDA

29/06 – Encontro Regional Sul – Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Local: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região – Florianópolis/SC

Horário: 9h15

10/08 – Encontro Regional Sudeste – Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Local: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região – Belo Horizonte/MG

Horário: 9h15

24/08 – Encontro Regional Centro-Oeste – Distrito Federal e Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins (este em razão da distribuição jurisdicional)

Local: Tribunal de Justiça do Estado de Goiás – Goiânia/GO

Horário: 9h15

14/09 – Encontro Regional Nordeste – Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Local: Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Recife/PE

Horário: 9h15

28/09 – Encontro Regional Norte – Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

Local: Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas – Manaus/AM

Horário: 9h15

Outubro/2012 – Seminário Nacional sobre Valorização da Magistratura

Local: Brasília/DF

(local e data exatos ainda em definição)

